



Conrado Paulino da Rosa

Curso de DIREITO DE FAMÍLIA contemporâneo

6ª | revista,
edição | atualizada
e ampliada

2020

347.6181)

R788c

6. ed.

STJ00109421



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

Gráficos elaborados pela designer: Pamela May

R788c Rosa, Conrado Paulino da.

Curso de direito de família contemporâneo / Conrado Paulino da Rosa – 6. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: JusPODIVM, 2020.
704 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-3100-5.

1. Direito Civil. 2. Direito de Família. I. Rosa, Conrado Paulino da. II. Título.

CDD 342.16

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA	21
1.1. A FAMÍLIA ATRAVÉS DOS TEMPOS: DA GESTÃO MASCULINA AUTÔNOMA À INGERÊNCIA ESTATAL	21
1.2. O AVANÇO DA INTERVENÇÃO ESTATAL E SUA INEFICIÊNCIA.....	31
1.3. A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE.....	52
2. DAS FAMÍLIAS EXPRESSAMENTE PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	71
2.1. MATRIMONIAL	71
2.1.1. Conceito	71
2.1.2. Capacidade	72
2.1.3. Impedimentos.....	76
2.1.3.1. Absolutos	76
2.1.3.2. Relativos	81
2.1.3.3. Legitimidade para arguir impedimentos.....	84
2.1.4. Modalidades.....	85
2.1.4.1. Civil	85
2.1.4.2. Religioso	86
2.1.4.3. Por procuração	88
2.1.4.4. Casamento em caso de moléstia grave e nuncupativo (<i>in extremis</i>)	88
2.1.4.5. Putativo.....	91

2.1.4.6.	Consular.....	92
2.1.4.7.	De estrangeiros.....	92
2.1.5.	Prova.....	93
2.1.6.	Invalidade.....	93
2.1.6.1.	Nulidade.....	94
2.1.6.2.	Anulabilidade.....	97
2.1.6.3.	Quadro comparativo das hipóteses de nulidade e anulabilidade do casamento.....	106
2.1.7.	Eficácia.....	107
2.1.7.1.	Deveres comuns e igualdade conjugal.....	107
2.1.7.2.	Acréscimo do nome.....	108
2.1.7.3.	Dever de fidelidade recíproca.....	110
2.1.7.4.	Dever de respeito e consideração mútuos.....	111
2.1.7.5.	Dever de vida em comum no domicílio conjugal.....	112
2.1.7.6.	Dever de mútua assistência.....	112
2.1.7.7.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos.....	113
2.2.	CONVIVENCIAL (UNIÃO ESTÁVEL).....	113
2.2.1.	Conceito e visão histórica.....	113
2.2.2.	Características.....	115
2.2.3.	Requisitos.....	117
2.2.3.1.	Dualidade de sexos.....	118
2.2.3.2.	Publicidade.....	120
2.2.3.3.	Durabilidade.....	121
2.2.3.4.	Continuidade.....	122
2.2.3.5.	Objetivo de constituição de família.....	123
2.2.3.6.	Desnecessidade de coabitação.....	125
2.2.4.	Impedimentos.....	127
2.2.5.	Da inaplicabilidade das causas suspensivas matrimoniais às relações convivenciais.....	127
2.2.6.	Resumo quanto aos requisitos e impedimentos.....	131
2.2.7.	Termo inicial: em que momento o “crush” vira direito?.....	132
2.2.8.	Direitos e deveres.....	133
2.2.9.	Efeitos do contrato de convivência.....	136
2.2.10.	Da possibilidade de realização de contrato de namoro.....	141
2.2.11.	Conversão da união estável em casamento.....	143
2.2.12.	Diferenças existentes em relação aos direitos dos cônjuges.....	145

2.3.	MONOPARENTAL	148
2.3.1.	Conceito	148
2.3.2.	Hipóteses	149
3.	DAS FAMÍLIAS IMPLICITAMENTE PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	153
3.1.	EUDEMONISTA	154
3.2.	UNIPESOAIS	157
3.3.	PARENTAL	159
3.4.	SOLIDÁRIA	161
3.5.	MOSAICO	162
3.6.	EXTENSA	169
3.7.	HOMOSSEXUAL	172
3.7.1.	Conceito e disposições gerais	172
3.7.2.	Princípios constitucionais aplicáveis à temática	175
3.7.3.	O papel da jurisprudência no reconhecimento de direitos aos casais do mesmo sexo	181
3.7.4.	A dissolução da união homossexual e seus efeitos jurídicos	187
3.8.	SIMULTÂNEA	188
3.9.	POLIAFETIVA	197
3.10.	VIRTUAL ("IFAMILY")	202
3.11.	COPARENTAL	211
3.12.	MULTIESPÉCIE	211
3.13.	RESUMO DOS MODELOS DE FAMÍLIA	214
4.	REGIME DE BENS	215
4.1.	CONCEITO E DISPOSIÇÕES GERAIS	215
4.2.	DO PACTO ANTENUPCIAL	219
4.3.	MODALIDADES	223
4.3.1.	Comunhão parcial de bens	223
4.3.2.	Comunhão universal de bens	240
4.3.3.	Separação convencional de bens	245
4.3.4.	Separação obrigatória de bens	247
4.3.5.	Participação final nos aquestos	254
4.3.6.	Regime Misto	256
4.4.	ATOS QUE DEPENDEM DA AUTORIZAÇÃO DO CÔNJUGE	257

4.5.	ATOS QUE INDEPENDEM DA AUTORIZAÇÃO DO CÔNJUGE.....	262
4.6.	DA POSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO REGIME DE BENS NO CASAMENTO.....	266
4.7.	DA POSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO REGIME DE BENS NA UNIÃO ESTÁVEL	272
5.	DA DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO E DA UNIÃO ESTÁVEL	275
5.1.	DO FIM DA UNIÃO E SUAS DIFICULDADES.....	275
5.2.	DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO	278
5.2.1.	Da indissolubilidade ao direito potestativo ao divórcio.....	278
5.2.2.	Da separação.....	283
5.2.3.	Do divórcio.....	286
5.2.3.1.	Procedimento do divórcio litigioso	288
5.2.3.2.	Procedimento judicial do divórcio consensual	293
5.2.3.3.	Divórcio extrajudicial	297
5.2.3.4.	Organograma do divórcio.....	300
5.2.3.5.	Divórcio realizado no estrangeiro e suas modificações após a Emenda 66/2010.....	301
5.3.	DA DISSOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS CONVIVENCIAIS.....	304
5.3.1.	Organograma da dissolução das famílias conviviais.....	311
5.4.	DISREGARD (DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA).....	311
5.5.	DA FIXAÇÃO DE ALUGUEL NO CASO DE UTILIZAÇÃO EXCLUSIVA DE BEM PENDENTE DE PARTILHA.....	313
5.6.	ACÃO DE EXIGIR CONTAS ENTRE CÔNJUGES E COMPANHEIROS.....	316
5.7.	DA MEDIAÇÃO FAMILIAR.....	317
5.7.1.	“Leva tudo aquilo que eu dei...”: os conflitos familiares e a necessidade de uma intervenção diferenciada	318
5.7.2.	O princípio constitucional da efetividade da prestação jurisdicional nos litígios familiares e a mediação	321
5.7.3.	A prática da mediação familiar à luz do CPC de 2015 e da Lei da Mediação.....	323
5.7.4.	A prática da mediação familiar nos serviços notariais e de registro	327
6.	RELAÇÕES DE PARENTESCO	331
6.1.	CONCEITO E APLICAÇÕES	331
6.2.	O VÍNCULO DE PARENTESCO	334

6.2.1.	Em linha reta.....	335
6.2.2.	Em linha colateral, transversal ou oblíqua.....	335
6.2.3.	Por afinidade	338
7.	FILIAÇÃO.....	341
7.1.	PROVA DA FILIAÇÃO.....	342
7.2.	FILIAÇÃO MATRIMONIAL.....	344
7.3.	FILIAÇÃO DECORRENTE DE RELACIONAMENTO CONVIVENCIAL OU EVENTUAL.....	351
7.3.1.	Reconhecimento dos filhos de forma voluntária.....	351
7.3.2.	Reconhecimento dos filhos de forma oficiosa	352
7.3.3.	Reconhecimento dos filhos por via do procedimento previsto no Provimento 16/2012 do CNJ	353
7.4.	FILIAÇÃO DECORRENTE DE PROCEDIMENTOS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA.....	356
7.5.	FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA POR MEIO DA POSSE DO ESTADO DE FILHO.....	358
7.5.1.	Características gerais.....	358
7.5.2.	Ação declaratória de filiação socioafetiva.....	362
7.5.3.	Verdade biológica “versus” afetiva: como resolver essa equação?	369
7.6.	MULTIPARENTALIDADE	373
7.7.	RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E MULTIPARENTALIDADE.....	379
7.8.	MATERNIDADE DE SUBSTITUIÇÃO	385
7.9.	INVESTIGAÇÃO DA PARENTALIDADE	388
7.10.	INVESTIGAÇÃO DA ANCESTRALIDADE GENÔMICA	397
7.11.	AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE	398
7.12.	AÇÃO ANULATÓRIA DE REGISTRO CIVIL	400
7.13.	IMPUGNAÇÃO IMOTIVADA DE PATERNIDADE.....	401
8.	ADOÇÃO.....	403
8.1.	CONCEITO E DISPOSIÇÕES GERAIS.....	403
8.2.	PESSOAS QUE PODEM ADOTAR E SER ADOTADAS	406
8.3.	PROCEDIMENTO.....	410
8.4.	ADOÇÃO INTERNACIONAL	417

8.5.	ADOÇÃO DIRIGIDA OU <i>INTUITU PERSONAE</i>	418
8.6.	ADOÇÃO UNILATERAL.....	421
9.	FUNÇÃO PARENTAL (PODER FAMILIAR).....	425
9.1.	CONCEITO.....	425
9.2.	OBRIGAÇÕES.....	429
9.3.	USUFRUTO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DOS FILHOS E A POSSIBILIDADE DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	441
9.4.	SUSPENSÃO.....	443
9.5.	DESTITUIÇÃO.....	444
9.6.	ABANDONO AFETIVO E A OBRIGAÇÃO DE CUIDADO INERENTE À FUNÇÃO PARENTAL.....	450
10.	GUARDA.....	465
10.1.	CONCEITO.....	465
10.2.	MODALIDADES DE GUARDA.....	466
10.3.	A APLICAÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA MESMO EM CASOS DE LITÍGIO ENTRE OS GENITORES.....	476
10.4.	GUARDA COMPARTILHADA QUANDO OS GENITORES NÃO RESIDEM NA MESMA CIDADE OU PAÍS.....	482
10.5.	A EXCEPCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DA GUARDA UNILATERAL.....	484
10.6.	EXERCÍCIO DO DEVER DE VIGILÂNCIA.....	487
10.7.	ALIMENTOS NA GUARDA COMPARTILHADA.....	488
10.8.	GUARDA ALTERNADA.....	489
10.9.	GUARDA ATRIBUÍDA A TERCEIROS.....	489
11.	CONVIVÊNCIA FAMILIAR.....	493
11.1.	CONCEITO E APLICAÇÃO.....	493
11.2.	EFETIVIDADE.....	500
12.	ALIENAÇÃO PARENTAL.....	505
12.1.	CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	505
12.2.	FORMAS EXEMPLIFICATIVAS DE ALIENAÇÃO PARENTAL.....	510
12.3.	QUESTÕES PROCESSUAIS.....	515
12.4.	MEDIDAS A SEREM TOMADAS.....	518
12.5.	A GUARDA COMPARTILHADA COMO MEIO DE PREVENÇÃO.....	523

13. ALIMENTOS	525
13.1. CONCEITO.....	525
13.2. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À CAUSA JURÍDICA.....	526
13.3. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À NATUREZA.....	528
13.4. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO À PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA.....	529
13.4.1. Direito personalíssimo.....	529
13.4.2. Intransferibilidade.....	530
13.4.3. Incompensabilidade.....	531
13.4.4. Irrenunciabilidade.....	532
13.4.5. Impenhorabilidade.....	534
13.4.6. Irrepetibilidade.....	534
13.4.7. Reciprocidade.....	535
13.4.8. Divisibilidade.....	536
13.4.9. Da solidariedade da dívida alimentar em favor do idoso	536
13.4.10. Condicionabilidade.....	537
13.4.11. Alternatividade.....	537
13.4.12. Futuridade.....	539
13.4.13. Transmissibilidade.....	539
13.5. ESPÉCIES.....	541
13.5.1. Gravídicos.....	541
13.5.2. Provisórios e provisionais.....	546
13.5.3. Transitórios.....	552
13.5.4. Alimentos <i>intuitu familiae</i>	556
13.5.5. Compensatórios.....	557
13.5.6. Definitivos.....	565
13.6. FIXAÇÃO.....	565
13.7. FIXAÇÃO EM ACORDO REALIZADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO OU DEFENSORIA PÚBLICA, PELOS ADVOGADOS OU MEDIADOR CREDENCIADO.....	571
13.8. OBRIGAÇÃO EM FAVOR DE FILHOS CRIANÇAS E ADOLESCENTES....	572
13.9. ALIMENTOS EM FAVOR DE FILHO MAIOR DE IDADE.....	576
13.10. OBRIGAÇÃO EM FAVOR DE FILHOS SOCIOAFETIVOS.....	578
13.11. ALIMENTOS DECORRENTES DO FINAL DE RELACIONAMENTO AFETIVO.....	580
13.12. OBRIGAÇÃO EM FAVOR DO IDOSO.....	582
13.13. OBRIGAÇÃO DOS AVÓS.....	584

13.14. OBRIGAÇÃO DOS COLATERAIS: DO PAGAMENTO DE ALIMENTOS PELOS IRMÃOS E DA IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO ENTRE TIOS E SOBRINHOS	587
13.15. REVISÃO E EXTINÇÃO	589
13.16. PROCEDIMENTO INDIGNO DO CREDOR	593
13.17. COMPETÊNCIA	595
13.18. VALOR DA CAUSA	596
13.19. EXECUÇÃO	597
13.19.1. Execução de título extrajudicial	599
13.19.2. Execução de título judicial	601
13.19.2.1. Rito da coerção pessoal (prisão)	601
13.19.2.2. Rito de constrição patrimonial	614
13.20. DANOS MORAIS POR INADIMPLEMENTO ALIMENTAR	619
13.21. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS EM RELAÇÃO ÀS PARCELAS ALIMENTARES	626
13.22. PRESCRIÇÃO	637
13.23. A INCONSTITUCIONALIDADE DA TRIBUTAÇÃO EM PENSÕES ALIMENTÍCIAS COMO FORMA DE GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL	639
14. TUTELA E CURATELA	647
14.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS QUANTO AO DIREITO PROTETIVO	647
14.2. TUTELA	648
14.2.1. Conceito e obrigações	648
14.2.2. Dos Bens do Tutelado	658
14.2.3. Prestação de contas	659
14.2.4. Cessação da Tutela	660
14.3. CURATELA	660
14.3.1. Do instituto da curatela e as alterações promovidas pelo Estatuto das Pessoas com Deficiência	660
14.3.2. Autocuratela	667
14.3.3. Processo de tomada de decisão apoiada	667
14.3.4. Das hipóteses excepcionais de curatela	671
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	677